

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO:

Concurso Público (alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP)

PREÇO BASE:

84.000,00 €

OBJETO CONTRATUAL:

Elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Básica e Secundária Domingos Capela



ESPINHO
CÂMARA MUNICIPAL




ER-0089/2015

Índice

SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1.ª Objeto	4
Cláusula 2.ª Contrato.....	4
Cláusula 3.ª Interpretação dos documentos que regem a aquisição de serviços na execução contratual	4
Cláusula 4.ª Prazo	5
Cláusula 5.ª Fases da prestação do serviço.....	5
Cláusula 6.ª Prazos da prestação do serviço	5
Cláusula 7.ª Local de execução	5
Cláusula 8.ª Forma de prestação do serviço.....	6
Cláusula 9.ª Preço base e preço contratual	6
Cláusula 10.ª Condições de pagamento e faturação	6
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	7
Cláusula 11.ª Obrigações gerais do prestador de Serviços	7
Cláusula 12.ª Obrigações principais do prestador de serviços	8
Cláusula 13.ª Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato	8
Cláusula 14.ª Informações preliminares sobre os locais.....	9
Cláusula 15.ª Dever de sigilo	9
Cláusula 16.ª Obrigações do contraente público	9
Cláusula 17.ª Revisão de Preços.....	10
Cláusula 18.ª Tratamento e proteção de dados pessoais.....	10
CAPÍTULO III - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	11
Cláusula 19.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	11
Cláusula 20.ª Cessão da posição contratual do prestador de serviços	12
CAPÍTULO IV - VICISSITUDES CONTRATUAIS.....	12
Cláusula 21.ª Penalidades contratuais	12
Cláusula 22.ª Resolução do contrato pelo contraente público	13
Cláusula 23.ª Casos de força maior.....	13
Cláusula 24.ª Resolução do contrato por parte do prestador de serviços.....	14
CAPÍTULO V - SEGUROS	14
Cláusula 25.ª Seguros.....	14
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	14
Cláusula 26.ª Deveres de informação.....	14
Cláusula 27.ª Direitos de propriedade intelectual.....	14
Cláusula 28.ª Comunicações e notificações	15
Cláusula 29.ª Contagem dos prazos na fase de execução do contrato	15
Cláusula 30.ª Foro competente	15
Cláusula 31.ª Legislação aplicável.....	15
SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS	16

Cláusula 32. ^a Objeto do Contrato e Serviços a prestar	16
Cláusula 33. ^a Conformidade dos serviços	24
Cláusula 34. ^a Requisitos técnicos	24
Cláusula 35. ^a Prestação dos serviços	24
Cláusula 36. ^a Aceitação dos serviços prestados	24
Cláusula 37. ^a Garantia técnica	25
Cláusula 38. ^a Critérios ambientais	25
ANEXO - Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP	26

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto


- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para a **Elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Básica e Secundária Domingos Capela**, de acordo com as disposições constantes na secção II – cláusulas técnicas e funcionais do presente caderno de encargos.
- O prestador de serviços tem cabal conhecimento do objeto da presente aquisição de serviços, não podendo, como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução do contrato.

Cláusula 2.ª | Contrato

- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e integrará ainda os seguintes elementos:
 - Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*);
 - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos (*a existirem*);
 - O presente Caderno de Encargos e anexos;
 - A proposta adjudicada;
 - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Prestador de Serviços (*a existirem*).
- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
- Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação atualizada) e aceites pelo fornecedor, conforme o artigo 101.º desse mesmo diploma legal, prevalecem sobre todos os documentos previstos no número um da presente cláusula.
- Além dos documentos indicados no n.º 1, o prestador de serviços obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
- Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o CCP e demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 3.ª | Interpretação dos documentos que regem a aquisição de serviços na execução contratual

- Qualquer dúvida surgida na interpretação de documentos contratuais, regulamentares ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações deve ser colocada por escrito com a maior antecedência possível.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

2. Se as dúvidas ocorrerem após o início da prestação de serviços, o prestador de serviços deve formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.

3. A falta de cumprimento dos deveres referidos torna o prestador de serviços responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

Cláusula 4.^a | **Prazo**

1. O contrato de prestação de serviços objeto do procedimento, inicia a sua vigência no dia seguinte à data da sua outorga e pelo prazo de 900 dias (30 meses) ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 5.^a | **Fases da prestação do serviço**

Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:

Fase 1 – Entrega do Anteprojeto de acordo com a Cláusula 32.^a deste caderno;

Fase 2 – Entrega do Projeto de Execução com todos os projetos identificados na Cláusula 32.^a deste caderno;

Fase 3 – Assistência técnica à empreitada de obras públicas, após o término dos pedidos de esclarecimento e identificação de lista de erros e omissões do procedimento de empreitada de obras públicas.

Cláusula 6.^a | **Prazos da prestação do serviço**

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos na 32.^a Cláusula deste caderno, de acordo com as seguintes fases e datas:

a. Fase 1, no prazo de 30 dias, contados do dia seguinte à data da outorga do contrato;


b. Fase 2, no prazo de 90 dias, contados do dia seguinte à data da outorga do contrato;

c. Fase 3 - Assistência técnica - Até à assinatura do auto de receção provisória da obra.

2. Os prazos previstos no número anterior podem ser prorrogados por iniciativa do contraente público ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 7.^a | **Local de execução**

Os serviços são prestados nas instalações do contraente público, nomeadamente na Escola Básica e Secundária Domingos Capela, situada na Rua D. Dinis, n.º 124, na freguesia de Silvalde, concelho de Espinho, ou noutro local que o mesmo venha a indicar para o efeito.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

Cláusula 8.ª | **Forma de prestação do serviço**


1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade quinzenal de reuniões de coordenação com os representantes do Município de Espinho, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Espinho, com uma periodicidade quinzenal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
3. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 9.ª | **Preço base e preço contratual**

1. O preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **84 000,00 €** (oitenta e quatro mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público no presente caderno de encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço base foi obtido através de consulta preliminar ao mercado, realizada nos termos do artigo 35.º - A do CCP e disponível para consulta na Divisão Económico-Financeira do Município de Espinho.
4. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
 - a. Pela Fase 1, correspondente à entrega do anteprojecto – 30% do preço contratual;
 - b. Pela Fase 2, correspondente à entrega do projecto de execução – 60% do preço contratual;
 - c. Pela Fase 3, correspondente à assistência técnica – 10% do preço contratual.
5. O contraente público obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as notas de encomenda (*ou outro documento equivalente*).

Cláusula 10.ª | **Condições de pagamento e faturação**

1. A emissão das faturas eletrónicas pelo prestador de serviços deverá ser feita após a prestação de serviços e será paga por transferência bancária.
2. As quantias devidas pelo contraente público devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da devida fatura e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexas, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso, os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
4. As faturas eletrónicas a emitir pelo prestador de serviços deverão ser enviadas através da solução iLink, acessível em <https://www.ilink.pt>.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo contraente público não será objeto de qualquer cobrança adicional.
6. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
7. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente caderno de encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso da prestação de serviços terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 11.^a | Obrigações gerais do prestador de Serviços

1. Nos termos do contrato a celebrar, o prestador de serviços obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente caderno de encargos e na legislação aplicável;
 - c) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
 - d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - e) O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
 - f) Comunicar ao contraente público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - g) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

- h) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
- i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo contraente público;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- k) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- l) Cooperar com o contraente público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
- i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo prestador de serviços em representação do contraente público;
 - ii. Quando o contraente público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

3. Na execução da presente aquisição de serviços o prestador de serviços fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o(s) Gestor(es) do Contrato considere(m) necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este(s) venha(m) a fixar.

4. O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

Cláusula 12.ª | **Obrigações principais do prestador de serviços**


1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e de Especialidades;
- b) Obtenção dos pareceres de entidades externas gestoras e/ou licenciadoras, competindo ao prestador de serviços solicitar os referidos pareceres;
- c) Assistência técnica, em sede do futuro procedimento de empreitada e até à assinatura do auto de receção provisória da obra.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 13.ª | **Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato**

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, o prestador de serviços obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo, devendo para o efeito assinar a declaração constante no Anexo constante deste caderno de encargos, designado de

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP.

- O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.

Cláusula 14.ª | **Informações preliminares sobre os locais**


Independentemente das informações contidas no presente caderno de encargos, entende-se que o prestador de serviços se inteirou, em cada local, das condições da realização do objeto do contrato, pelo que não serão admitidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento e na falta de previsão do volume e natureza dos trabalhos a executar.

Cláusula 15.ª | **Dever de sigilo**

- O prestador de serviços obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
- O prestador de serviços obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- O prestador de serviços obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
- O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
- O prestador de serviços não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do contraente público sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 16.ª | **Obrigações do contraente público**

- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o contraente público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo, próprios das melhores práticas.
- Constituem ainda obrigações do contraente público:

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o prestador de serviços, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
- d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
- f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.


Cláusula 17.^a | **Revisão de Preços**

Exceto se imposto por Lei, e na exata medida de tal imposição, no decurso do contrato não haverá lugar à revisão ordinária ou extraordinária de preços.

Cláusula 18.^a | **Tratamento e proteção de dados pessoais**

1. O prestador de serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o contraente público esteja especialmente vinculado;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do contraente público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar ao contraente público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao prestador de serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços,

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o prestador de serviços e o referido colaborador;

- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária ao contraente público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
- l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.

2. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.

3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4.º do RGPD.

4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo prestador de serviços é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o contraente público.

5. O prestador de serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.


CAPÍTULO III - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.ª | Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo contraente público nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.

2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo gestor do contrato, ao qual se delega:

- a. A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no artigo 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente caderno de encargos.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

- b. A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no artigo 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no artigo 298.º do CCP).
3. O gestor do contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos no presente caderno de encargos.


Cláusula 20.ª | **Cessão da posição contratual do prestador de serviços**

- Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o prestador de serviços pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
- Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
- O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do prestador de serviços no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
- Em caso de incumprimento pelo prestador de serviços que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo contraente público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
- A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

CAPÍTULO IV - VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 21.ª | **Penalidades contratuais**

- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, no valor de 20% do preço contratual, designadamente pelo incumprimento das fases do contrato.
- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
- Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

Cláusula 22.^a | Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, superior a 5 dias úteis na prestação dos serviços objeto do contrato ou o prestador de serviços declarar por escrito que o atraso na prestação excederá esse prazo.

2. O contrato pode também ser resolvido pelo contraente público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do prestador de serviços:

- a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do prestador de serviços;
- b) Prestação de falsas declarações;
- c) Estado de falência ou insolvência;
- d) Cessaçã da atividade;
- e) Condenaçã, por sentença transitada em julgado, por infraçã que afete a idoneidade profissional do prestador de serviços e desde que não tenha ocorrido reabilitaçã judicial.

3. O direito de resoluçã referido no número anterior exerce-se mediante declaraçã escrita enviada ao prestador de serviços e não implica a repetiçã das prestaçães já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 23.^a | Casos de força maior


1. Não podem ser impostas sançães contratuais ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realizaçã pontual das prestaçães contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relaçã à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigaçães emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebraçã do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo prestador de serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o prestador de serviços direito a qualquer indemnização.

Cláusula 24.ª | **Resolução do contrato por parte do prestador de serviços**

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO V - SEGUROS

Cláusula 25.ª | **Seguros**

1. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
2. O Município de Espinho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.


CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.ª | **Deveres de informação**

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 27.ª | **Direitos de propriedade intelectual**

1. Correm integralmente por conta do prestador de serviços os encargos ou a responsabilidade civil, decorrentes

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2. Se o contraente público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o prestador de serviços por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

3. São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do prestador de serviços se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao contraente público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 28.ª | **Comunicações e notificações**

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o contraente público e o prestador de serviços relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. As comunicações e as notificações dirigidas ao contraente público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

Cláusula 29.ª | **Contagem dos prazos na fase de execução do contrato**

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.


Cláusula 30.ª | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 31.ª | **Legislação aplicável**

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS

Cláusula 32.^a | Objeto do Contrato e Serviços a prestar

O prestador de serviços obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nesta secção.

O Objeto do Contrato prender-se-á com a Elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Básica e Secundária Domingos Capela, a realizar no âmbito de uma candidatura a submeter ao abrigo do investimento - RE-C06-i09 | Escolas Mais Próximas, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Tem como principal objetivo proceder à modernização e requalificação do referido equipamento escolar, referenciada no âmbito do Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a ANMP (em anexo), como de intervenção prioritária.

Consubstancia um investimento destinado a dar continuidade à requalificação/modernização das instalações dos ensinos básico, secundário, alinhada com os objetivos da transição verde e digital, colmatando situações deficitárias e melhorando as condições para a educação, o ensino e a formação profissional, em complemento das ações de melhoria da qualidade do sistema.

As escolas devem ser um elemento estratégico na construção de uma cultura de aquisição e de divulgação de conhecimento e é importante recentrá-las nas cidades. Devem ainda constituir-se como um espaço integrado de incentivo à aprendizagem ao longo da vida, suportado em ambientes adequados, confortáveis e estimulantes, que favoreçam atitudes, comportamentos e desempenho educativo daqueles que o utilizam (alunos, docentes, funcionários e encarregados de educação), promovendo e influenciando o diálogo e a comunicação entre todos.

Assim sendo, esta escola enfrenta muitos desafios uma vez que ao servir a zona mais desfavorecida do concelho tem a necessidade de desenvolver estratégias que permitam captar a atenção dos seus alunos bem como incutir na comunidade educativa a importância da escola.

No que diz respeito à idade do edifício escolar, a construção da Escola Domingos Capela data do ano de 1995, assenta numa tipologia T 24, isto é, foi projetada para uma capacidade de 24 turmas. Atualmente a Escola é constituída por 27 salas de aula, devido a uma remodelação, que consistiu na criação de salas para os Cursos de Educação/Formação – CEF - Empregado de Mesa e Empregado de Cozinha. Deste modo, a Escola Domingos Capela, no ano de 2005/06, foi sujeita a uma pequena remodelação.

É constituída por 3 edifícios - portaria, edifício de salas de aulas, com 2 pisos, e pavilhão desportivo, com área total de terreno de 18.084 m², a área de implantação de 3.543 m², área total de construção de 5.940 m² e área exterior, correspondente a logradouro e campo de jogos com 14.541m².

A ausência de obras de requalificação do estabelecimento escolar nos últimos anos, está na base do estado de vetustez e elevado número de patologias e justifica a respetiva necessidade de intervenção.

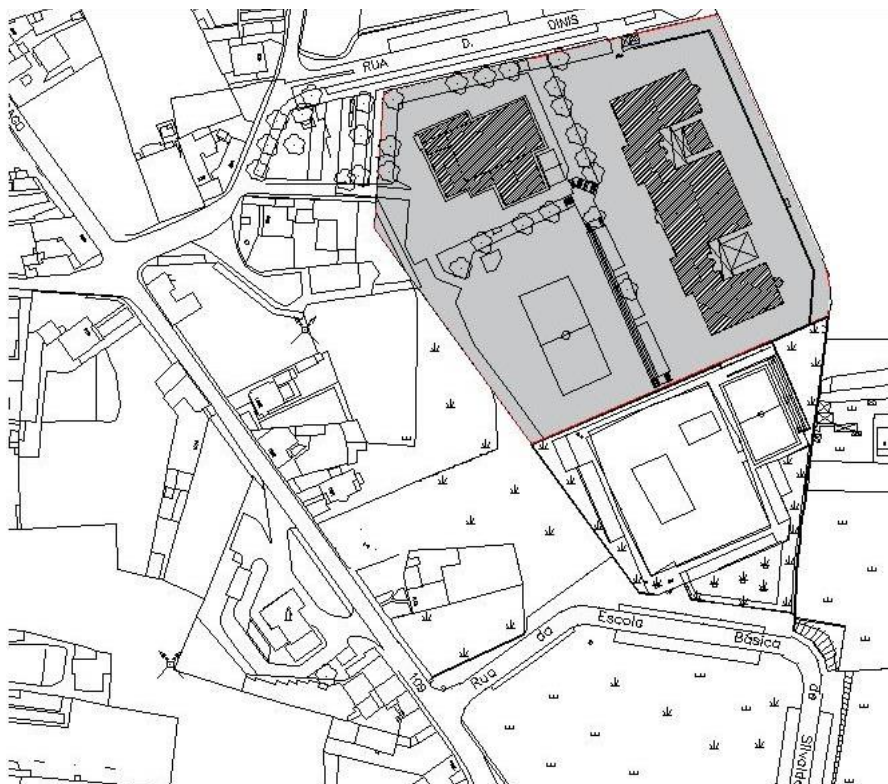
A intervenção consiste na requalificação dos edifícios e do espaço exterior, incluindo a instalação de equipamentos de eficiência energética e as adaptações necessárias para garantir a acessibilidade a indivíduos com mobilidade condicionada.

Em 2023, o Município de Espinho continua a tentar dar resposta na resolução deste problema com a requalificação desta escola, que deverá obedecer aos princípios e objetivos definidos pela política educativa, refletida na conceção e na implantação da rede de estabelecimentos de educação e ensino.

Conhecedor desta realidade, o Município de Espinho, propõe-se desenvolver um procedimento de conceção para a elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e Especialidades de Engenharia, para a Requalificação da Escola Básica e Secundária Domingos Capela.

LOCALIZAÇÃO

A escola situa-se no centro da freguesia de Silvalde, na Rua D. Dinis, nº 124, do concelho de Espinho, pertencendo à área de influência da Direção Regional de Educação de Aveiro e faz parte do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel gomes de Almeida, Espinho (AEMGA) que foi criado a partir de um processo de reorganização da rede escolar ocorrido no decorrer do ano letivo de 2011/2012, resultando da fusão da Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida, do Agrupamento de Escolas Domingos Capela, em Silvalde, e da Escola Básica Espinho n.º 2 (que anteriormente integrava o Agrupamento de Escolas Sá Couto). O AEMGA foi, neste contexto, constituído formalmente a 28 de junho de 2012. A Escola é constituída por dois edifícios, sendo um principal de aulas do 2.º e 3.º ciclos e um pavilhão gimnodesportivo, um campo de jogos e respetivos espaços envolventes. Integra alunos residentes na freguesia de Silvalde e de forma menos significativa de outras freguesias do concelho.



Planta de implantação da Escola



Entrada da Escola (Exterior)



Entrada da Escola (Interior)



Fachadas da Escola



Fachada da Escola


ÁREA DE INTERVENÇÃO**Localização da intervenção (Ortofotomapa)**

A área de intervenção encontra-se situada Freguesia de Silvalde, do Concelho de Espinho. Esta freguesia conta com 5 454,800 m² de área e 6 108 habitantes (Censos 2021).

A área de intervenção está inserida numa parcela de terreno com cerca de 18 084,00 m².

**Localização da área de intervenção com limite de propriedade do equipamento**

Segundo a classificação e qualificação do solo do PDM, a área de intervenção situa-se em Espaços de Uso Especial, Espaços de Equipamentos.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

OBJETIVOS

Os principais objetivos para a elaboração do projeto, para além de desempenhar as suas funções específicas, são:

- ✓ Inovação e identidade arquitetónica;
- ✓ Integração na envolvente;
- ✓ Exequibilidade técnica e sustentabilidade da proposta.

PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

O Projeto deverá basear-se em 3 conceitos fundamentais:

- ✓ Simplicidade;
- ✓ Flexibilidade;
- ✓ Funcionalidade.

PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Da análise realizada às atuais instalações, concluiu-se que para acolher o crescente número de turmas de 2.º e 3.º ciclos e secundário, é necessário requalificar o edifício, de forma a proporcionar boas condições técnicas e de conforto, dado este apresentar deficiências de isolamento térmico, acústico e impermeabilizações e requer intervenção na sua totalidade.


As intervenções que se preconizam para este programa são:

• ESPAÇOS INTERIORES

- Requalificação de espaços e melhoramento das acessibilidades;
- Requalificação das instalações sanitárias e atualização para utilizadores com mobilidade condicionada;
- Requalificação de carpintarias;
- Rede elétrica e iluminação, bem como substituição de iluminação das escadas;
- Execução de redes de ITED;
- Execução de redes SCI;
- Requalificação de pavimentos degradados;
- Conserto de anomalias;
- Pintura geral de todos os vãos de parede e tetos;
- Equipamento de cozinha.

• ESPAÇOS EXTERIORES

- Aplicação de sistema de “Capoto” nas fachadas do edifício de aulas;
- Substituição dos vãos de janela e portas por caixilharia mais eficiente com corte térmico e vidro duplo;
- Substituição de estores;
- Revisão das coberturas de todos os edifícios;
- Substituição de rufos e caleiras;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

- Substituição dos lanternins de iluminação das escadas;
- Pintura geral de todos os vãos de parede;
- Execução de acessos cobertos de interligação com os edifícios;
- Melhorar as acessibilidades dos acessos pedonais, assim como as zonas ajardinadas;
- Remoção e substituição de coberturas com amianto;
- Substituição e execução de cobertos entre edifícios;

CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA PRESTADORA DE SERVIÇOS

A elaboração do projeto a que se refere a presente consulta preliminar ficará a cargo de autor(es) de projeto, conforme legislação aplicável e em vigor.


A equipa projetista referida no número anterior só poderá ser alterada mediante prévio e expreso consentimento do Município de Espinho, sendo que todos os técnicos da equipa de projeto devem cumprir a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, plasmada na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, nomeadamente nas áreas de arquitetura e engenharia.

CLÁUSULAS TÉCNICAS / ENQUADRAMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O contrato a celebrar terá como enquadramento a aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e Especialidades de Engenharia para a Requalificação da Escola Básica e Secundária Domingos Capela.

A utilização prevista, e de acordo com as orientações da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação, a Escola terá como orientação programática a tipologia de 18 turmas no total, num regime normal de 50 horas semanais, para receber alunos do 2.º e 3.º ciclos e secundário, com o número máximo de alunos 211 alunos distribuídos por 18 turmas sendo:

- **2.º CICLO:**
5.º Ano – 3 turmas
6.º Ano – 3 turmas
Total de alunos: 37 alunos
- **3.º CICLO:**
7.º Ano – 3 turmas
8.º Ano – 3 turmas
9.º Ano – 3 turmas
Total de alunos: 106 alunos
- **SECUNDÁRIO (Profissional)**
10.º Ano - 1 turma
11.º Ano - 1 turma
12.º Ano - 1 turma
Total de alunos: 68 alunos

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

CONDICIONANTES

No desenvolvimento da proposta deverão ser consideradas as seguintes condicionantes:

- Viabilidade de obra em consonância com a atividade escolar no espaço existente;
- Proposta de faseamento de obra em conformidade com a estratégia de projeto e edificado existente;
- Qualificação de acessos, integrados na área de intervenção;
- Proposta de soluções de sustentabilidade mensuráveis;
- Adequação da solução projetada ao limite máximo da estimativa de custos total da obra.

ELEMENTOS FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO DE ESPINHO

O Município de Espinho fornecerá todas as informações com relevância para o processo de elaboração dos projetos e prestará apoio ao prestador de serviços, promovendo as solicitações por diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do projeto.

Para além das Peças Processuais e dos elementos que as constituem, serão fornecidas as peças desenhadas, em formato DWG, com as seguintes componentes:

- ✓ Planta de Implantação;
- ✓ Edifício Principal - Plantas, Cortes e Alçados + Plantas de tipo de Utilização;
- ✓ Pavilhão Desportivo – Plantas + Plantas de tipo de Utilização;
- ✓ Portaria – Planta.


ÂMBITO E FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

É da inteira responsabilidade do prestador de serviços a Elaboração do Projeto de execução de arquitetura e engenharia de especialidades.

Compete ao prestador de serviços, para a elaboração do projeto de execução em causa, solicitar junto de todas as entidades gestoras de serviços de cariz público, cadastros das infraestruturas dessas entidades gestoras.

Para além dos elementos necessários, sem prejuízo de outros julgados pertinentes pelo prestador de serviços, deverão incluir, de acordo com as instruções constantes da portaria 255/2023, de 7 de agosto, e com as necessárias adaptações à execução exclusiva do projeto de execução:

- a) Elaboração de Relatório Técnico de Inspeção e Diagnóstico (RTID) dos elementos construídos e das instalações técnicas (nomeadamente rede de gás, eletricidade, ITED).
- b) Elaboração dos projetos de Engenharia de Especialidades, relativos aos projetos de:
 - 1) Projeto de Estruturas – (Coberturas dos Circuitos Exteriores entre edifícios);

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

- 2) Projeto de Instalações Rede Elétrica;
 - 3) Projeto de Abastecimento de água;
 - 4) Projeto de Saneamento Básico (Águas Residuais e Pluviais);
 - 5) Projeto de Segurança contra Incêndios;
 - 6) Projeto Acústico;
 - 7) Projeto Térmico;
 - 8) Projeto Eletromecânico;
 - 9) Projeto de infraestruturas de telecomunicações;
 - 10) Projeto de Climatização;
 - 11) Projeto de arranjos exteriores.
- c) Elaboração do Projeto de Execução de Arquitetura e das Especialidades supramencionadas, constituído pelos elementos e as instruções gerais constantes na referida portaria para cada projeto, bem como a elaboração do:
- 1 - Plano de segurança e saúde em projeto;
 - 2 - Plano de gestão de resíduos de construção em projeto.

Constitui obrigação do prestador de serviços o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos estudos/projetos a elaborar/fornecer, assim como a obtenção, junto das entidades competentes, de todas as informações consideradas necessárias para a elaboração dos projetos.


Constitui obrigação do prestador de serviços o cumprimento dos principais requisitos ambientais estabelecidos pela referida legislação comunitária, nomeadamente:

- a. Contributos das candidaturas para os “objetivos de alterações climáticas” e os “objetivos ambientais”, de acordo com o Anexo 1 do Regulamento (UE) n.º 2021/1060, de 24 de junho, constituindo, na prática, condições de admissibilidade e/ou critérios de preferência;
- b. Cumprimento do princípio de “não prejudicar significativamente” o ambiente ou os objetivos ambientais (“*Do no significant harm*” ou DNSH), de acordo com o Artigo 17.º do Regulamento (UE) n.º 2022/852, de 18 de junho, e as Orientações Técnicas n.º 2021/C 58/01, de 18 de fevereiro.

Todos os projetos deverão ser instruídos com termo de responsabilidade, medições e orçamentos, cadernos de encargos e respetivas especificações técnicas.

O prestador de serviços deverá assumir a responsabilidade pelas várias medições dos projetos nas componentes de arquitetura e engenharia de especialidades.

Os elementos definidos anteriormente deverão ser entregues em 2 (dois) conjuntos completos em suporte papel, um original e uma cópia dobrados em formato A4, e 1 (uma) PEN Drive USB contendo a totalidade do trabalho em formato digital editável (.xls, .doc, .dwg, dwf ou outros) e pdf’s dos mesmos documentos com assinatura digital aposta.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

PROGRAMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROJETO

A coordenação do projeto deverá ser assumida por um dos técnicos que integra a equipa, tal como definido na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.

A coordenação das atividades dos intervenientes no projeto tem como objetivo a integração das suas diferentes partes num conjunto coerente, de fácil interpretação, garantindo a adequada articulação da equipa de projeto, assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade, bem como a relação com o Município de Espinho ou o seu representante.

Cláusula 33.ª | **Conformidade dos serviços**

Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua prestação.

Cláusula 34.ª | **Requisitos técnicos**


O Prestador de Serviços deve assegurar que os requisitos técnicos estão em conformidade com o exigido pela portaria 255/2023 de 7 de agosto.

Cláusula 35.ª | **Prestação dos serviços**

1. A(s) prestação(ões) é (são) realizada(s) na sequência de notas de encomenda, ou documento equivalente, remetidas pelo contraente público, via correio eletrónico.
2. Rececionada a nota de encomenda ou documento equivalente, os serviços serão prestados no local indicado nas seguintes condições:
 - a) Em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis;
 - b) Com todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral prestação;

Cláusula 36.ª | **Aceitação dos serviços prestados**

1. Recebidos os elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o contraente público procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nesta secção e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do contraente público a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos prestados com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nesta secção, o contraente público deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

que for determinado pelo contraente público, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o contraente público procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6. Caso a análise do contraente público a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos prestados pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nesta secção, deve ser emitida, com a maior brevidade possível, declaração de aceitação pelo contraente público.

7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos que se venham a detetar, previstos na presente secção.

Cláusula 37.ª | **Garantia técnica**


O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

Cláusula 38.ª | **Critérios ambientais**

1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.

2. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

A Presidente da Câmara Municipal,

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	REFERÊNCIA INTERNA	2023CP11749S	
	UNIDADE ORGÂNICA	DEP – Divisão de Estudos e Planeamento	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 07

ANEXO - Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP
[a que se refere a cláusula 11.ª deste caderno de encargos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. (local),... (data),... [assinatura]._